

Educação e trabalho: a relação entre o Programa de Aprendizagem no contexto neoliberal

DOI: <https://doi.org/10.35168/2176-896X.UTP.Tuiuti.2022.Vol10.n68.pp162-184>



Vinicius Brandani Godke

Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), Curitiba, PR.
Bacharel em Engenharia Mecânica pela UTP.
Mestrando em Educação pela UTP.
vinicius.godke@utp.edu.br
<https://orcid.org/0009-0000-1511-7840>

Josélia Schwanka Salomé

Docente do Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Tuiuti do Paraná (UTP), Curitiba, PR.
Doutora em Artes pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.
joselia.salome@utp.br
<https://orcid.org/0000-0002-1142-2474>

Educação e trabalho: a relação entre o Programa de Aprendizagem no contexto neoliberal

Resumo

Refletir sobre a relação entre a educação e trabalho se faz necessário para entender o ser humano, sua identidade e sua própria existência. Todavia, quando essa interação é reduzida a esfera de mercadoria por meio de práticas capitalistas, como as políticas neoliberais, torna-se imperativo abordá-la criticamente. É nesse contexto que o Programa de Aprendizagem, regulamentado pela Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), com o intuito de preparar os jovens brasileiros para o mercado de trabalho, emerge como um ponto de discussão relevante. Assim, partindo de uma pesquisa bibliográfica em livros e artigos, este estudo propõe discutir a relação entre o programa jovem aprendiz do Brasil e as práticas neoliberais. Como principais resultados, tem-se que é possível identificar fragmentos neoliberais no contexto histórico do programa jovem aprendiz, tais como: altas taxas de desemprego entre jovens, ampliação de contratos de trabalho por período determinado, aumento da dependência de empresas privadas para fornecer aulas teóricas, aumento da competitividade entre os jovens e a dependência do Estado com relação as empresas privadas. Tais reflexões podem ser úteis para instituições de ensino, governos e educadores, uma vez que enfatiza a importância de compreender as influências que a política pública tem na vida dos jovens. Além disso, o estudo permite questionar se o programa tem realmente alcançado seus objetivos e promove uma visão crítica sobre a nossa posição enquanto cidadãos com seus respectivos direitos e deveres.

Palavras-chave: Educação. Trabalho. Lei da Aprendizagem. Neoliberalismo.

Education and work: the relationship between the Learning Program in the neoliberal context

Abstract

To reflect upon the relationship between education and work is necessary to understand the human being, their identity, and their own existence. However, when this interaction is reduced to the sphere of commodity through capitalist practices, such as neoliberal policies, it becomes imperative to address it critically. It is in this context that the Learning Program, regulated by the Consolidation of Labor Laws (CLT), aiming to prepare the Brazilian youth for the labor market, emerges as a relevant point of discussion. Thus, based on bibliographical research in books and articles, the goal of this study is to discuss the relationship between Brazil's youth apprentice program and neoliberal practices. The main results point out that it is possible to identify neoliberal fragments in the historical context of the youth apprentice program, such as: high unemployment rates among the youth, expansion of fixed-term employment contracts, increased dependence on private companies to provide theoretical classes, increased competitiveness among young people, and the State's dependence on private companies. Such reflections can be useful for educational institutions, governments, and educators, as it emphasizes the importance of understanding the influences that public policies have on young people's lives. Furthermore, the study allows us to question whether the program has truly achieved its objectives and promotes a critical view of our position as citizens with respective rights and duties.

Keywords: Education. Work. Learning Law. Neoliberalism.

Educação e trabalho: a relação entre o Programa de Aprendizagem no contexto neoliberal

Introdução

O ponto de partida na relação entre trabalho e educação é de identidade. Os seres humanos aprendiam a produzir sua própria existência no ato de produzi-la. Eles aprendiam a trabalhar enquanto estavam trabalhando e, para isso, educavam uns aos outros (SAVIANI, 2007). Assim, “o trabalho como atividade proposital, orientado pela inteligência, é produto especial da espécie humana” (BRAVERMAN, 1987, p. 52). No entanto, quando essa atividade envolve compra e venda da força de trabalho, mercadorias e dinheiro, ele adquire formas específicas dentro das relações capitalistas de produção (BRAVERMAN, 1987).

Nesse cenário, a relação entre educação e trabalho no modo de produção capitalista tornou-se evidente com a transição do sistema de produção artesanal para o sistema de produção mecanizado (SAVIANI, 2007). A transição entre os sistemas alterou, significativamente, a percepção dos trabalhadores em relação ao processo produtivo. Anteriormente, os trabalhadores tinham uma compreensão abrangente da confecção do produto, mas, com a introdução da produção mecanizada, esse entendimento integral foi substituído por um aprendizado mais fragmentado e específico (KUENZER, 1995).

Smith (1988, p. 17) descreve esse aprendizado, ilustrando-o com a fabricação de um simples alfinete, onde “um operário desenrola o arame, um outro o endireita, um terceiro o corta, um quarto faz as pontas, um quinto afa (...)”. Com essa nova forma de produção, o processo de fabricação não envolve apenas um operário realizando uma operação geral. Pelo contrário, agora ele é subdividido em várias operações únicas, cada uma executada por operários distintos. O sistema fabril, com “sua organização eficiente em grande escala e sua divisão do trabalho, representou um aumento tremendo na produção” (HUBERMAN, 1981, p. 178). Tal modelo, por meio de sua divisão em operações

Educação e trabalho: a relação entre o Programa de Aprendizagem no contexto neoliberal

parciais, minimiza a necessidade de qualificação da mão de obra, desencoraja o raciocínio e estabelece uma divisão acentuada entre o trabalho manual e intelectual (KUENZER, 1995).

A simplificação do trabalho na nova forma de produção impactou a estrutura educacional e intelectual, conforme indicado por Saviani (2007, p. 158),

Os ingredientes intelectuais antes indissociáveis do trabalho manual humano, como ocorria no artesanato, dele destacam-se, indo incorporar-se às máquinas (...) se a máquina viabilizou a materialização das funções intelectuais no processo produtivo, a via para objetivar-se a generalização das funções intelectuais na sociedade foi a escola.

Essa nova forma de produção, por meio das máquinas, estabeleceu requisitos básicos de qualificação geral, surgindo dois tipos de ensino: (i) a escola de formação geral, destinada a preparar as elites e classes dirigentes com amplo domínio teórico e (ii) as escolas profissionais, voltadas para formar as classes dirigidas para desempenhar funções operacionais e específicas no processo produtivo (SAVIANI, 2007). Frigotto (1995, p. 34) destaca que à medida em que o “sistema capitalista se solidifica e os sistemas educacionais se estruturam, assume nitidez a defesa da universalização dualista, segmentada: a escola disciplinadora e adestradora (...) e escola formativa”, sendo a primeira aos filhos dos trabalhadores e a segunda os filhos das classes dominantes.

No Brasil, este cenário de dualidade se fez presente quando analisamos o contexto da educação profissional e tecnológica (EPT), que surgiu principalmente com o intuito de “promover aos desprovidos economicamente a aprendizagem de um ofício, uma profissão para que se tornassem úteis através do trabalho à sociedade industrial” (LORENZET; ANDREOLLA; PALUDO, 2020, p. 18). Ou seja, de formar os filhos dos trabalhadores para o processo produtivo.

As primeiras discussões a respeito dessa modalidade, iniciaram com o Decreto nº 7.566 de 1909, que criou as Escolas de Aprendizes Artífices, as quais buscavam ofertar um ensino profissional,

Educação e trabalho: a relação entre o Programa de Aprendizagem no contexto neoliberal

primário e gratuito (BRASIL, 2023). Menciona-se que o modelo econômico brasileiro, nas primeiras três décadas do século passado, foi marcado pela adoção de políticas de “substituição de importações” e as escolas de aprendizes vieram para auxiliar este cenário, potencializando o processo industrial (MADURO SILVA; HEIJMANS; MOREIRA, 2021).

Assim, para responder a velocidade de modernização do país, entre a década de 1930 e 1940, foram criadas escolas industriais e de aprendizagem por meio de Decretos-Lei para estruturar a educação (MOURA, 2007). Uma dessas legislações, foi a Consolidação das Leis de Trabalho (CLT), aprovada em 1943, que previu a contratação de aprendizes. As escolas formalizaram a obrigatoriedade de contratar jovens menores de 18 anos estabelecendo o registro em carteira e remuneração (SOUZA, 2015). Para Souza (2015, p. 46) “a lei da aprendizagem, determinava a contratação de jovens com idade mínima de 12 anos” e “a prioridade das vagas seria direcionada aos filhos dos trabalhadores industriais, órfãos e posteriormente parentes dos mesmos”. Essa abordagem educacional – formação para o mundo trabalho – reforçava a divisão social e técnica do trabalho, uma vez que após a conclusão do ensino profissional o acesso à educação superior tornava-se distante, pois, este estudante/trabalhador não possuía os domínios de conteúdos necessários para a formação intelectual (KUENZER, 1997).

No mesmo período, a política neoliberal começou a ser formulada por Friedrich Hayek, um economista que acreditava que o Estado deveria enxugar os gastos sociais (como: saúde e educação), argumentando que, em momentos de crise, o Estado gastava excessivamente com o bem-estar social, o que resultava na diminuição dos lucros das empresas e no aumento da inflação (BASSO; NETO, 2014). Com a recessão da década de 70, o mundo capitalista teve baixos índices de crescimento econômico, favorecendo a implementação das ideias neoliberais em nível mundial (CERQUEIRA, 2022).

Educação e trabalho: a relação entre o Programa de Aprendizagem no contexto neoliberal

No Brasil, o neoliberalismo se aproveitou de uma alta inflacionária e foi colocada em prática no governo de Fernando Henrique Cardoso, sob a perspectiva do plano Real de 1994. Nessa época ocorreu vendas de estatais, internacionalização e desregulamentação da economia e na proposta de liquidação do déficit público, foi retirado dinheiro da saúde e educação entre outras medidas (JUNIOR, 1999).

Nesse sentido, sob o olhar neoliberalista, a qualificação da força de trabalho é necessária, mas o foco não está na qualidade e sim em uma educação voltada apenas para a instrumentalização do trabalhador (BASSO; NETO, 2014). Para Frigotto (2001), o trabalho é uma atividade essencial a todos os seres humanos, entretanto, em um contexto capitalista este se transforma em mercadoria, pois busca gerar lucro ou acúmulo de capital. Logo, ao “negligenciar o trabalho como gerador de cultura e processo de transformação social, limitando-o para o sentido econômico, pressupõe uma aceitação do mercado como agente regulador” (BATISTA; FREIRE, 2014, p. 113).

Na perspectiva da educação e trabalho, a década de 90 foi marcada pela criação das principais regulamentações sobre o ensino básico, profissional e superior no Brasil. Em 1990, surge o principal instrumento normativo sobre os direitos da criança e adolescente: o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que no capítulo V aborda especificamente o direito à profissionalização e à proteção no trabalho (BRASIL, 2023). Em meados de 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) é promulgada e organiza o ensino nacional em dois níveis: educação básica e superior (BRASIL, 1996). Esse marco, para Moura (2007), intensificou a divisão social, uma vez que, ao estruturar nesses dois níveis, colocou a educação profissional em um plano distante do ensino regular, tornando apenas um elemento paralelo.

Por outro lado, Sposito e Carrano (2003) argumentam que toda a década de 90 e início do século XXI o Estado viveu a hegemonia das políticas neoliberais, situação que acentuou processos

Educação e trabalho: a relação entre o Programa de Aprendizagem no contexto neoliberal

de precarização social e atingiu sobretudo a população juvenil. Em complemento, Ribeiro (2020) destaca que durante esse período foram criados vários movimentos, congressos e organizações para fomentar iniciativas de políticas públicas voltadas a juventude.

Uma dessas iniciativas foi a criação da Lei nº 10.097 de 2000, conhecida hoje como a Lei da Aprendizagem. Tal normativa trouxe diversas atualizações que, até então, foram estabelecidas apenas na CLT. Cabe destacar que essa legislação abriu a possibilidade de outras entidades oferecerem cursos e vagas para atender a alta demanda de jovens que até então era realizado, em sua totalidade, pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI). Ainda, ocorreu a alteração da idade mínima de 12 para 14 anos e a obrigatoriedade que “o trabalho do menor não poderá ser realizado em locais prejudiciais à sua formação, ao seu desenvolvimento físico, psíquico, moral e social e em horários e locais que não permitam a frequência à escola” (BRASIL, 2000, art. 403).

O programa, nomeado de Jovem Aprendiz, busca capacitar, orientar e inserir jovens no mercado de trabalho, conciliando a sala de aula com a primeira experiência. As leis trabalhistas dispõem que os estabelecimentos devem empregar um número mínimo e máximo de aprendizes em relação a quantidade de trabalhadores e ainda, preveem um certificado de qualificação profissional aos aprendizes que concluírem o curso e após a finalização do contrato o jovem pode ser efetivado na empresa que atuou (BRASIL, 2000).

Nesse sentido, discutir a relação do programa jovem aprendiz no Brasil com as práticas neoliberais torna-se relevante, pois, proporciona reflexões de como uma doutrina socioeconômica pode influenciar a construção de uma política social e, por sua vez, como essa política pode refletir ou se ajustar aos princípios do neoliberalismo na prática. Ainda, ao analisar esse cenário, o estudo poderá contribuir: (i) do ponto de vista acadêmico: com discussões sobre a relação da educação e o trabalho (ii) do ponto de vista social: com fomento de propostas de políticas públicas que

Educação e trabalho: a relação entre o Programa de Aprendizagem no contexto neoliberal

possibilitem aos jovens um olhar crítico sobre a sua formação, situação que deve extrapolar o ambiente de trabalho e atingir uma formação ampla e cidadã e, por fim (iii) do ponto de vista profissional: com reflexões sobre o papel das instituições que formam, contratam e possibilitam oportunidades aos jovens profissionais.

Educação e Trabalho

As temáticas relacionadas à educação e trabalho têm mantido uma estreita relação ao longo do processo histórico das civilizações. Destacam-se que “trabalho e educação são atividades especificamente humanas. Isso significa que, rigorosamente falando, apenas o ser humano trabalha e educa” (SAVIANI, 2007, p. 152). Desse modo, o que define a existência humana é o trabalho, uma vez que este necessita produzir continuamente sua própria existência (SAVIANI, 1989).

Nesse cenário, cabe ressaltar a diferença entre a atividade humana da atividade animal. A investigação dessa diferenciação, conforme apontado por Duarte (2004), é crucial, pois contribui significativamente para a compreensão da historicidade da condição humana. Assim, a definição de homem mais difundida é aquela que o homem é um animal racional (SAVIANI, 2007), este atributo da racionalidade permite que os seres humanos, também animais, realizem atividades para “produzir os meios de satisfação de suas necessidades” (DUARTE, 2004, p. 48), além de “ajustar a natureza as suas necessidades, às finalidades humanas” SAVIANI (1989, p. 08). Em contrapartida, os outros animais, são caracterizados por processos espontâneos e imanentes, sem a capacidade de definir objetivos conscientemente (DUARTE, 2004). Para Braverman (1987, p.50-53) o “trabalho humano é consciente e proposital, ao passo que o trabalho dos outros animais é instintivo”, “instinto e execução são indivisíveis”.

Educação e trabalho: a relação entre o Programa de Aprendizagem no contexto neoliberal

Nesse contexto, compreende-se a definição de trabalho. De acordo Saviani (1989, p. 08), “trabalhar não é outra coisa senão agir sobre a natureza e transformá-la”. Já para Braverman (1987), o trabalho é uma atividade proposital que altera o estado natural para melhorar sua utilidade, orientado pela inteligência.

Dessa forma, Saviani (1989, p. 08) complementa,

Se é o trabalho que constitui a realidade humana, e se a formação do homem está centrada no trabalho, isto é, no processo pelo qual o homem produz a sua existência, é também o trabalho que define a existência histórica dos homens.

Por meio do trabalho o homem vai construindo as condições de sua existência, e conforme estas se modificam, é possível notar “ao longo da história diferentes modos de produção da existência humana” (SAVIANI, 1989, p. 08). De acordo com Carmo (1992) existe um grande contraste ao longo da história sobre a valorização do trabalho, desde sua aversão até como condição indispensável e necessária para o ser humano, estando diretamente ligado com os respectivos aspectos culturais, morais, educacionais e econômicos de cada período histórico. Com o surgimento do capitalismo, observa-se que a concepção de trabalho, desde o período histórico, é influenciada pela ideologia do produtivismo, lucro e capital.

Kuenzer (1995) destaca que a crescente necessidade de aumentar a produção trouxe uma significativa modificação no processo de trabalho. Em vez de permitir que o artífice execute diversas operações e controle seu próprio trabalho, este é fragmentado em partes isoladas, distribuídas entre diferentes operários. Isso resulta na restrição do conhecimento do operário apenas à execução, distanciando-se consideravelmente da capacidade de pensar, planejar e criar. Em decorrência da divisão do trabalho, modifica-se também o nível de qualificação do trabalhador, como ressalta o autor.

Educação e trabalho: a relação entre o Programa de Aprendizagem no contexto neoliberal

Se o artesão precisava muitos anos de trabalho para conhecê-lo profundamente e dominar completamente o seu conteúdo, o assalariado preso a uma atividade parcial tem restringidas as suas necessidades de qualificação, necessitando apenas dominar uma tarefa parcial de um processo produtivo completo (KUENZER, 1995, p. 40).

Essa dominação de uma tarefa parcial faz com que surjam dois tipos de ensino, a qual Kuenzer (1995, p. 47) descreve como “uma pedagogia para ensinar a teoria e uma pedagogia para ensinar o conteúdo do trabalho ao trabalhador” as quais possuem finalidades diferentes. A primeira destina-se àqueles encarregados das funções de planejamento e controle, com a aquisição do conhecimento sistematizado e elaborado cientificamente. Já a segunda, se refere a uma pedagogia de caráter fragmentado, ministrada no próprio ambiente de trabalho ou em instituições de formação profissional.

Schlesener (2021) destaca que a educação se fundamenta em diversas formas de controle e repressão e o ato de educar, o qual possui conteúdo político, no sistema capitalista se apresenta como um processo de adaptação dos indivíduos às necessidades deste modo de produção. Borges e Sobrinho (2020) acreditam que a educação se adapta às mudanças sociais e políticas, refletindo as demandas do sistema produtivo. Para Kuenzer (1992, p. 12),

Educação diretamente articulada ao trabalho se estrutura como um sistema diferenciado e paralelo ao sistema de ensino regular marcado por finalidade bem específica: a preparação de pobres, marginalizados e desvalidos da sorte para atuarem no sistema produtivo nas funções técnicas localizadas nos níveis baixo e médio da hierarquia ocupacional.

No entanto, em vez de manter um caráter formativo e emancipador que ultrapassa o âmbito do trabalho material, muitas vezes o sistema educacional é influenciado a preparar a mão de obra para atender às necessidades mecânicas do mercado de trabalho. É nesse cenário que

Educação e trabalho: a relação entre o Programa de Aprendizagem no contexto neoliberal

são introduzidos os conceitos de empregabilidade e competência, que estão alinhados com os princípios do neoliberalismo em um sistema global de produção de mercadorias (FONSECA; FERREIRA, 2020).

Neoliberalismo e o Programa Jovem Aprendiz

O neoliberalismo é uma reação teórica e política contra o Estado intervencionista e de bem-estar social que foi colocado em prática por diversos países europeus entre as décadas de 70 e 80. As ideias neoliberais justificavam que as maiores causas da crise do capitalismo estavam no grande poder de sindicatos e nos movimentos operários que faziam pressão no Estado para aumentar os gastos sociais (ANDERSON, 1995).

Dardot e Laval (2016, p. 07) destacam que o neoliberalismo não é apenas “uma ideologia, um tipo de política econômica. É um sistema normativo que ampliou sua influência ao mundo inteiro, estendendo a lógica do capital a todas as relações sociais”. Nessa mesma linha de pensamento, Basso e Neto (2014) afirmam que no neoliberalismo as políticas públicas de cunho social não têm prioridade, situação que resulta em condições de pobreza para as massas populares.

Nesse sentido, o foco de qualquer política neoliberal está na estabilidade monetária e para atingir esse objetivo é necessário criar níveis de desemprego – observando-o como natural – para enfraquecer os sindicatos, reduzir gastos sociais (saúde, educação, previdência), realizar reformas fiscais para favorecer os agentes econômicos e retirar o Estado como participante ativo na economia (ANDERSON, 1995; CERQUEIRA, 2022). Dardot e Laval (2016) alertam que o neoliberalismo não pode ser reduzido apenas à expansão da esfera mercantil e do campo de acumulação de capital, pois, este está profundamente imerso nas práticas governamentais e institucionais, produzindo a concorrência e uma competitividade generalizada entre indivíduos e as instituições.

Educação e trabalho: a relação entre o Programa de Aprendizagem no contexto neoliberal

Com essa perspectiva, compreende-se que o foco não está na formação humana ou na preocupação humanitária. Tal política determina o que as pessoas devem ser (individualmente e socialmente) para atender às demandas do mercado e sobrevivem nesse ambiente aqueles que foram devidamente adaptados às expectativas e requisitos do sistema econômico (GOERGEN, 2019). No campo da educação, Frigotto (1995) destaca a existência de um dilema, uma relação conflituosa e antagônica, ao confrontar de um lado as demandas do capital e, de outro, as necessidades humanas. Por meio das relações de mercado, o indivíduo se transforma em uma empresa e seu valor de mercado dependerá do potencial de lucro que ele pode gerar ao sistema, e é na educação que este vai se capacitar de maneira mais eficiente e operacional, articulando assim com os interesses do modelo neoliberal (GOERGEN, 2019).

A escola, ao se tornar um ambiente de profissionalização, transforma as políticas educativas em políticas de adaptação ao mercado de trabalho. A aproximação entre escolas e empresas muitas vezes ocorre quando há uma alta taxa de desemprego entre os jovens. No entanto, é importante notar que essa aproximação não visa promover o valor do trabalho ou defender a dignidade dos trabalhadores, mas sim fornecer mão de obra às empresas (LAVAL, 2004). Nesse contexto, Fonseca e Ferreira (2020) discutem a noção de empregabilidade, que ganhou destaque no Brasil nos anos 1990 com o início das implementações das políticas neoliberais. Para os pesquisadores “ser empregável” é de responsabilidade do trabalhador, ele deve manter-se competitivo no mercado de trabalho, logo, cabe a ele se qualificar.

Tal noção, transfere a responsabilidade do desemprego para o trabalhador e é nessa perspectiva que a educação desempenha um papel estratégico no contexto neoliberal, por meio de políticas de qualificação (cursos de qualificação profissional) direcionado para a população economicamente mais vulnerável (FONSECA; FERREIRA, 2020). Basso e Neto (2014) abordam que, sob a ótica do neoliberalismo, a expansão educacional promove a disseminação da formação mínima, que

Educação e trabalho: a relação entre o Programa de Aprendizagem no contexto neoliberal

instrumentaliza a maioria da classe trabalhadora e especializa uma parte dela para atender às necessidades produtivas. Por outro lado, Lopes e Caprio (2008) acreditam que no neoliberalismo a educação deixa de ser parte do campo social e político (regulado pelo Estado) e passa a ser encarada como uma entidade que opera de maneira análoga ao mercado.

Neste cenário, o programa de aprendizagem do Brasil é uma política pública que busca, desde 1943, capacitar jovens para o mercado de trabalho, com uma qualificação técnica e profissional direcionada para o desenvolvimento local e regional. Atualmente em sua composição destaca-se os seguintes requisitos: jovens de 14 a 24 anos podem participar e receber os benefícios do programa; os indivíduos portadores de deficiências não possuem limite de idade; a formação do aprendiz é caracterizada por atividades teóricas e práticas metodicamente organizadas; e a duração do trabalho não excederá seis horas diárias, salvo para aprendizes que completaram o ensino fundamental (BRASIL, 2000).

A contratação de aprendizes deverá atender, prioritariamente, aos adolescentes com idade entre quatorze e dezoito anos; e a seleção dos aprendizes deverá priorizar a inclusão de jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou risco social, tais como: (i) jovens e adolescentes com deficiência, (ii) jovens em cumprimento de pena no sistema prisional, (iii) jovens e adolescentes egressos do trabalho infantil (BRASIL, 2000; 2023).

Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar jovens aprendizes em entidades qualificadas sendo o número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento; os contratos de aprendizagem terão a alíquota reduzida para dois por cento para o fundo de garantia de tempo de serviço (FGTS); o contrato de trabalho é por prazo determinado e pressupõe anotação na Carteira de Trabalho e Previdência Social; o contrato não poderá ser estipulado por mais de dois

Educação e trabalho: a relação entre o Programa de Aprendizagem no contexto neoliberal

anos; e ao aprendiz, exceto em condições mais favorável, será garantido o salário mínimo hora (BRASIL, 2000).

Assim, ao discutir a relação entre o programa jovem aprendiz no Brasil e as práticas neoliberais, é possível identificar fragmentos neoliberais no contexto histórico dessa política, como:

- (i) o desemprego, gerada por políticas neoliberais, favorece a expansão de instituições e cursos de qualificação profissional voltados a formação de jovens para atender demandas específicas do mercado de trabalho.

No entanto, essas iniciativas muitas vezes carecem de uma preocupação com a continuidade dos estudos e com uma formação integral e humana do jovem. Nesse sentido, é necessário pensar em políticas que vejam o jovem como o futuro do desenvolvimento econômico, social e político.

- (ii) na política neoliberal, umas das soluções propostas para o fator desemprego está na flexibilização dos contratos de trabalho por meio de contratos com prazos determinados, como ocorre no programa jovem aprendiz.

Essa situação beneficia o mercado e as empresas que estão inseridas no programa, com menores custos trabalhistas e redução de responsabilidades voltadas ao desenvolvimento social e econômico do país. Além disso, empresas vinculadas ao programa recebem benefícios financeiro para manter jovens em seu quadro pessoal (redução de impostos trabalhistas), o que faz diminuir os recursos do Estado que poderiam ser aplicadas em despesas de custo social.

- (iii) ao permitir menores de 18 anos o ingresso no mercado de trabalho (mesmo assegurando a continuidade no ensino básico) estes se moldam (qualificam) por meio de competências e habilidades exigidas para ocupar uma profissão.

Educação e trabalho: a relação entre o Programa de Aprendizagem no contexto neoliberal

Logo, seguindo os pressupostos dessa política o jovem não escolhe livremente qual será sua formação, já que ele é direcionado as funções e cargos demandados por empresas de cada localidade. Cabe destacar, novamente, que esses cursos são voltados principalmente para as profissões técnicas e operacionais, deixando de lado possibilidades de atuação em áreas que incentivem a criatividade, o pensamento crítico e o desenvolvimento científico.

- (iv) o aumento de competitividade entre indivíduos, pela noção de empregabilidade, transfere somente para o jovem a responsabilidade de se qualificar, o que favorece as ideias neoliberais, suprimindo as demandas e necessidades do mercado de trabalho;

Essa situação favorece o conceito de meritocracia, uma vez que os jovens são induzidos a entender que para prosperar na carreira, ele deve somente contar com as suas capacidades, habilidades e atitudes. Todavia, não se pode deixar de lado a formação emancipadora.

- (v) E por fim, pelo programa depender de empresas privadas para sua materialização, faz com que o Estado transfira suas responsabilidades de formação para o setor privado, situação que o reduz a sua atuação e condiz com as ideias neoliberais.

Diante disso, é importante mencionar que o programa jovem aprendiz é um facilitador do ingresso de jovens no mercado de trabalho, mas, é necessário que essa política não sofra diretamente influências do neoliberalismo. Assim, analisar criticamente se essa política realmente atinge o seu objetivo, que é proporcionar igualdade de acesso ao mercado de trabalho, evita que ela estimule a desigualdade, as competições individuais e favoreça o conceito de meritocracia no ambiente educacional.

Educação e trabalho: a relação entre o Programa de Aprendizagem no contexto neoliberal

Considerações finais

O presente estudo buscou discutir a relação entre o programa de aprendizagem no Brasil com as práticas neoliberais implementadas no final do século XX. Para isso, analisou-se a literatura sobre as concepções de educação e trabalho, caracterizou historicamente o surgimento da Educação Profissional Tecnológica, com ênfase ao programa de aprendizagem, além de descrever a origem do neoliberalismo retratando quais são suas diretrizes políticas.

As principais discussões levantadas abordam que é possível identificar fragmentos neoliberais no contexto histórico do Programa Jovem Aprendiz. Esses fragmentos são: (i) as altas taxas de desemprego que favorecem a expansão de programas de aprendizagem; (ii) a ampliação de contratos temporários; (iii) a expansão de cursos técnicos e de qualificação focados principalmente em habilidades operacionais; (iv) a dependência de empresas privadas para fornecer aulas teóricas aos aprendizes; (v) cursos de aprendizagem projetados para atender às demandas do mercado, e, por fim, (vi) o aumento da competitividade entre os jovens beneficiando o mercado de trabalho.

Para os jovens, o estudo contribui mostrando que o programa pode ser uma porta de entrada ao mercado de trabalho, mas pensando em uma formação emancipadora, possui limitações. Para as instituições de ensino e governo, tais discussões contribuem para uma reflexão mais profunda sobre os cursos ofertados, conteúdos abordados e suas práticas pedagógicas adotadas. Para os educadores, o estudo traz críticas sobre o seu papel como agente de transformação e discute a importância de entender que a educação não é mercadoria.

Por fim, ressalta-se que essa discussão corresponde apenas uma reflexão crítica do cenário apresentado e que os pontos levantados podem sofrer influências que vão além dos tópicos relatados neste texto. Longe de apresentar apenas um “culpado”, destaca-se que as consequências

Educação e trabalho: a relação entre o Programa de Aprendizagem no contexto neoliberal

do neoliberalismo deve ser um objeto de debate e interpretação e que diferentes pessoas e grupos podem ter visões distintas sobre seus impactos na sociedade, na educação e no trabalho.

Referências

- ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: GENTILI, Pablo; SADER, Emir (Org.). **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 9-23
- BASSO, J. D; NETO, L. B. As influências do neoliberalismo na educação brasileira: algumas considerações. **Itinerarius Reflectionis**, Goiânia, v. 10, n. 1, 2014. DOI: 10.5216/rir.v1i16.29044. Disponível em: <https://revistas.ufj.edu.br/rir/article/view/29044>. Acesso em: 3 out. 2023.
- BATISTA, S. S. S; FREIRE, E. **Educação, sociedade e trabalho**. São Paulo: Editora Érica, 2014.
- BORGES, L. L. de S.; SOBRINHO, M. F. Gestão democrática e formação integral na educação profissional e tecnológica: revisão de literatura. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, [S. l.], v. 12, n. 8, 2020. Disponível em: <https://ojs.europublications.com/ojs/index.php/ced/article/view/682>. Acesso em: 31 oct. 2023
- BRASIL. **Decreto nº 11.479 de abril de 2023**. Altera o Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, para dispor sobre o direito à profissionalização de adolescentes e jovens por meio de programas de aprendizagem profissional. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11479.htm. Acesso em: 20. nov. 2023.

Educação e trabalho: a relação entre o Programa de Aprendizagem no contexto neoliberal

- BRASIL. **Lei nº 10.097 de dezembro de 2000**. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1o de maio de 1943. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110097.htm. Acesso em: 03. out. 2023.
- BRASIL. **Lei nº 8.069 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 23. out. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Histórico da EPT**, 2023. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/educacao-profissional-e-tecnologica-ept/historico-da-ept>>. Acesso em: 16 set. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 03. out. 2023.
- BRASIL. Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/crianca-e-adolescente/publicacoes/o-estatuto-da-crianca-e-do-adolescente>. Acesso em 24. set. 2023.
- BRAVERMAN, H. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. 3. ed. Rio de Janeiro, 1987.
- CARMO, P. S do. **A ideologia do trabalho**. São Paulo: Moderna, 1992.
- CERQUEIRA, J. B. A de. Uma visão do neoliberalismo: surgimento, atuação e perspectivas. **Sitientibus**, [S. l.], n. 39, 2022. DOI: 10.13102/sitientibus.vi39.7594. Disponível em: <https://periodicos.uefs.br/index.php/sitientibus/article/view/7594>. Acesso em: 3 out. 2023.

Educação e trabalho: a relação entre o Programa de Aprendizagem no contexto neoliberal

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2016.

DUARTE, N. Formação do indivíduo, consciência e alienação: o ser humano na psicologia de A. N. Leontiev. **SciELO Brasil**, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/BySzfjvy3NLvLrfRtxgBy6w/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 20. mar. 2024.

FONSECA, J. G.; FERREIRA, M. A. A Teoria do Capital Humano e a noção e empregabilidade: um estudo comparativo. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [S. l.], v. 1, n. 18, p. e7859, 2020. DOI: 10.15628/rbept.2020.7859. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/7859>. Acesso em: 11 out. 2023.

FRIGOTTO, G. Educação e formação humana: ajuste neoconservador e alternativa democrática. In: GENTILI, Pablo e SILVA, Tomás Tadeu (org). **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Petrópolis: Vozes, 2a ed., 1995.

FRIGOTTO, G. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva**, [S. l.], v. 19, n. 1, p. 71–87, 2001. DOI: 10.5007/%x. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463>. Acesso em: 17 set. 2023.

GOERGEN, P. L. Cultura e formação: a ideia de formação humana na sociedade contemporânea. **Pro-posições**, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/DKNPcT3ZVd3T67p9tXHWXwQ/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 10. nov. 2023.

HUBERMAN, L. **História da Riqueza do Homem**. Rio de Janeiro: LTC, 1981.

JUNIOR, O. O. **Neoliberalismo, educação e emprego**. Juiz de Fora: FEME, 1999.

Educação e trabalho: a relação entre o Programa de Aprendizagem no contexto neoliberal

- KUENZER, A. Z. **Ensino médio e profissional**: as políticas do Estado neoliberal. São Paulo: Cortez, 1997.
- KUENZER, A. Z. **Pedagogia da fábrica**: as relações de produção e a educação do trabalhador. São Paulo: Cortez, 1995.
- KUENZER, A. Z. **Ensino de 2º grau**: o trabalho como princípio educativo. São Paulo: Cortez, 1992.
- LAVAL, C. **A escola não é uma empresa**: o neo-liberalismo em ataque ao ensino público. Londrina: Planta, 2004.
- LOPES, E. C. P. M.; CAPRIO, M. As influências do modelo neoliberal na educação. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, n. 5, p. 1–16, 2008. DOI: 10.22633/rpge.v0i5.9152. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9152>. Acesso em: 17 set. 2023.
- LORENZET, D.; ANDREOLLA, F.; PALUDO, C. Educação profissional e tecnológica (ept): os desafios da relação trabalho-educação. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 29, n. 2, p. 15–28, 2020. DOI: 10.35699/2238-037X.2020.13522. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/13522>. Acesso em: 16 set. 2023.
- MADURO SILVA, D. B.; HEIJMANS, R.; MOREIRA, P. Educação profissional técnica e tecnológica no Brasil: uma construção dual. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 29, n. 3, p. 151–168, 2021. DOI: 10.35699/2238-037X.2020.19914. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/19914>. Acesso em: 16 set. 2023.

Educação e trabalho: a relação entre o Programa de Aprendizagem no contexto neoliberal

MOURA, D. H. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **HOLOS**, [S. l.], v. 2, p. 4–30, 2007. DOI: 10.15628/holos.2007.11. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 10 nov. 2023.

RIBEIRO, L. S. Políticas públicas para a juventude no Brasil: um estudo do programa Jovem Aprendiz (2005-2018). **Iniciativa Econômica**, v. 4 n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iniciativa/article/view/11729>. Acesso em: 17 set. 2023.

SAVIANI, D. **Sobre a concepção de politecnia**. Rio de Janeiro: FIOCRUZ, Politécnico da Saúde Joaquim Venâncio, 1987.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2007, vol.12, n.34, pp.152-165. ISSN 1413-2478. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP>. Acesso em: 19. dez. 2023.

SCHILESENER. A. H. Educação repressiva e educação emancipadora: notas acerca da personalidade autoritária e seus desdobramentos na educação. **Revista katálysis**, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e77659>. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/77659>. Acesso em: 30. out. 2023

SMITH, A. **A riqueza das nações**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

Educação e trabalho: a relação entre o Programa de Aprendizagem no contexto neoliberal

SOUZA, J. P. de. Apontamentos históricos da educação profissional brasileira: a Lei de Aprendizagem nº10.097/2000 e suas influências. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 15, n. 63, p. 45–63, 2015. DOI: 10.20396/rho.v15i63.8641171. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8641171>. Acesso em: 16 set. 2023.

SPOSITO, M.; CARRANO, P. C. R. Juventude e políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n.24, p.16-39, 2003.

Data da submissão: 03/03/2024

Data do aceite: 01/04/2024

Data da publicação: 06/05/2024